



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DA JUSTIÇA E DA DEFESA DA CIDADANIA
FUNDAÇÃO INSTITUTO DE TERRAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
"José Gomes da Silva" – Fundação ITESP

CONCURSO PÚBLICO

017. PROVA OBJETIVA

ANALISTA DE DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO – ANÁLISES SOCIOECONÔMICAS E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DE COMUNIDADES RURAIS

- ◆ Você recebeu sua folha de respostas, este caderno contendo 50 questões objetivas e o caderno de redação.
- ◆ Confira seu nome e número de inscrição impressos nas capas dos cadernos e na folha de respostas.
- ◆ Quando for permitido abrir os cadernos, verifique se estão completos ou se apresentam imperfeições. Caso haja algum problema, informe ao fiscal da sala.
- ◆ Leia cuidadosamente todas as questões e escolha a resposta que você considera correta.
- ◆ Marque, na folha de respostas, com caneta de tinta azul ou preta, a letra correspondente à alternativa que você escolheu.
- ◆ A duração das provas objetiva e de redação é de 4 horas e 30 minutos, já incluído o tempo para o preenchimento da folha de respostas e a transcrição do texto definitivo.
- ◆ Só será permitida a saída definitiva da sala e do prédio após transcorridos 75% do tempo de duração das provas.
- ◆ Deverão permanecer em cada uma das salas de prova os 3 últimos candidatos, até que o último deles entregue sua prova, assinando termo respectivo.
- ◆ Ao sair, você entregará ao fiscal o caderno de redação, a folha de respostas e este caderno, podendo levar apenas o rascunho de gabarito, localizado em sua carteira, para futura conferência.
- ◆ Até que você saia do prédio, todas as proibições e orientações continuam válidas.

AGUARDE A ORDEM DO FISCAL PARA ABRIR ESTE CADERNO DE QUESTÕES.

CONHECIMENTOS GERAIS

LÍNGUA PORTUGUESA

Leia o texto para responder às questões de números **01** a **08**.

O equilibrista bêbado

Girar pratos constitui um tradicional ato circense, no qual um malabarista mantém um grande número de pratos girando sobre varetas. Frequentemente, o ato é combinado com acrobacias e sequências humorísticas. Girar pratos é também uma conhecida metáfora para o trabalho gerencial. Muitos executivos, quando interrogados sobre sua rotina, respondem com a frase: “continuo tentando manter os pratos no ar”.

Colin Price, diretor da consultoria McKinsey & Company, em Londres, fez eco ao senso comum: publicou, há alguns meses, um artigo na revista da empresa, sugerindo que liderança se tornou, de fato, a arte de girar pratos. O consultor refere-se aos paradoxos característicos da vida nas organizações e à necessidade de os executivos buscarem posições de equilíbrio, nem sempre triviais.

Sua principal premissa é que a forma racional para buscar melhores resultados nas organizações, com foco em questões financeiras e operacionais, com metas, pode não ser a maneira mais eficaz. Não deixa de parecer irônico, dado sua empresa ter construído um impressionante portfólio de clientes com a venda justamente desse tipo de abordagem. Price parece ter descoberto que, embora gostemos de ver as empresas como manifestações da racionalidade, a realidade frequentemente nos mostra que ações e decisões corporativas são comumente marcadas pela imprevisibilidade e pela excentricidade do comportamento humano.

A sugestão de Price é abraçar a condição paradoxal da vida corporativa e buscar situações de equilíbrio. Assim como os malabaristas tentam manter seus pratos no ar, os executivos devem tentar direcionar esforços para incentivar os comportamentos capazes de alinhar as organizações com as suas maiores prioridades.

O consultor identifica grandes paradoxos da vida corporativa. Dois deles merecem destaque. O primeiro envolve mudanças e estabilidade. Toda empresa que deseja sobreviver precisa manter-se no passo de mudança de seu ambiente. Frequentemente, isso implica realizar alterações na estratégia, reformar estruturas, renovar quadros e acelerar o desenvolvimento e o lançamento de produtos. No entanto, o excesso de mudanças causa estresse e gera resistência. Mais sensato é procurar o equilíbrio entre mudança e estabilidade, com respeito aos limites das pessoas e dos processos.

O segundo paradoxo envolve controle e autonomia. Toda organização necessita de normas e processos. Algumas empresas, entretanto, por incapacidade gerencial, operam em um vácuo de regras. Tornam-se erráticas e caóticas, tomando decisões ao sabor do momento. Por outro lado, o excesso de controle condena os funcionários à condição de meros executores. Como as bandas de jazz, as empresas precisam de regras básicas para operar, de forma que cada profissional possa, no momento correto, improvisar e criar.

A mensagem de Price tem méritos. De fato, para enfrentar os desafios do dia a dia, os executivos devem reconhecer que sua atividade é permeada por contradições. Infelizmente, muitos parecem agir como equilibristas bêbados. Sobra-lhes desinibição e falta-lhes consciência. Se trabalhassem “sóbrios”, talvez fossem capazes de reconhecer a real natureza de sua tarefa e manter todos os pratos no ar.

(Thomaz Wood Jr., www.cartacapital.com.br, 07.07.2013. Adaptado)

- 01.** A comparação entre a gestão de negócios e a arte de girar pratos, estabelecida no texto, diz respeito ao fato de que os executivos precisam
- (A) saber agir com constância e manter-se inflexíveis em suas convicções, primando pela estabilidade acima de tudo.
 - (B) atuar em diversas frentes e balancear diferentes demandas, em um contexto marcado por contradições.
 - (C) aceitar o fato de que é imprescindível permanecer em constante e acelerada mudança, ignorando as resistências.
 - (D) combater e anular os paradoxos que podem surgir em suas organizações, buscando preservar a produtividade.
 - (E) antecipar os possíveis entraves ao crescimento, em um ambiente em que é impossível definir prioridades e traçar metas.
- 02.** De acordo com o autor, a opinião de Colin Price acerca da relação entre liderança e a arte de girar pratos parece irônica, porque o consultor descreve o meio empresarial como
- (A) hostil e difícil de ser administrado com base em pressupostos humanistas.
 - (B) caótico, denunciando falhas de gestão no interior da empresa que representa.
 - (C) excêntrico e, portanto, impermeável à análise de empresas de consultoria.
 - (D) menos conturbado do que o que vinha sendo divulgado pela mídia londrina.
 - (E) mais influenciado pela irracionalidade do que a McKinsey & Company costumava defender.
- 03.** O termo destacado em – O consultor refere-se aos paradoxos característicos da vida nas organizações e à necessidade de os executivos buscarem posições de equilíbrio, nem sempre **triviais**. – tem o sentido de
- (A) exequíveis.
 - (B) justificadas.
 - (C) decorosas.
 - (D) convencionais.
 - (E) heterodoxas.

04. As expressões destacadas em – A sugestão de Price é **abraçar** a condição paradoxal da vida corporativa e **buscar** situações de equilíbrio. – estão, correta e respectivamente, substituídas, sem alteração de sentido e seguindo as regras de regência da norma-padrão da língua portuguesa, por:

- (A) acatar sobre a ... ir em busca ante
- (B) acatar pela ... ir em busca nas
- (C) acatar na ... ir em busca para
- (D) acatar da ... ir em busca a
- (E) acatar a ... ir em busca de

Releia o penúltimo parágrafo para responder às questões de números 05 e 06.

O segundo paradoxo envolve controle e autonomia. Toda organização necessita de normas e processos. Algumas empresas, entretanto, por incapacidade gerencial, operam em um vácuo de regras. Tornam-se erráticas e caóticas, tomando decisões ao sabor do momento. Por outro lado, o excesso de controle condena os funcionários à condição de meros executores. Como as bandas de jazz, as empresas precisam de regras básicas para operar, de forma que cada profissional possa, no momento correto, improvisar e criar.

05. Considere as frases e a relação de sentido que estabelecem no parágrafo:

- (a) Algumas empresas, entretanto, por incapacidade gerencial, operam em um vácuo de regras.
- (b) Tornam-se erráticas e caóticas, tomando decisões ao sabor do momento.

É correto afirmar que as frases (a) e (b) estabelecem, entre si, uma relação de

- (A) tempo e modo.
- (B) causa e consequência.
- (C) conformidade e condição.
- (D) alternância e proporção.
- (E) comparação e concessão.

06. No contexto da argumentação do parágrafo, marcada pelo contraste entre ideias, a comparação com as bandas de jazz serve para destacar a importância de haver equilíbrio entre

- (A) investimento e infraestrutura.
- (B) planejamento e imprevisibilidade.
- (C) talento e criatividade.
- (D) ordem e profissionalismo.
- (E) conhecimento e técnica.

07. No trecho do último parágrafo – De fato, para enfrentar os desafios do dia a dia, os executivos **devem** reconhecer que sua atividade é permeada por contradições. –, a forma verbal em destaque expressa uma

- (A) recomendação.
- (B) dúvida.
- (C) comparação.
- (D) estimativa.
- (E) hesitação.

08. Considere as frases:

- Muitos executivos, quando interrogados sobre sua rotina, respondem com a frase: “continuo tentando manter os pratos no ar”. (primeiro parágrafo)
- Se trabalhassem “sóbrios”, talvez fossem capazes de reconhecer a real natureza de sua tarefa e manter todos os pratos no ar. (último parágrafo)

É correto afirmar que as aspas sinalizam, em “continuo tentando manter os pratos no ar” e “sóbrios”, respectivamente,

- (A) a ironia na fala de um personagem e uma palavra inventada pelo autor.
- (B) o título de uma obra e uma palavra com sentido pejorativo.
- (C) uma expressão com sentido irônico e uma palavra de língua estrangeira.
- (D) uma citação e uma palavra empregada com sentido figurado.
- (E) uma dúvida e uma palavra que não condiz com a opinião do autor.

09. Assinale a alternativa em que a concordância segue a norma-padrão da língua portuguesa.

- (A) O estresse e a resistência são, comumente, gerado pelo excesso de mudanças.
- (B) Orientar-se por normas são algo essencial para qualquer organização.
- (C) São necessárias regras básicas para que as empresas possam operar eficazmente.
- (D) Existe vários méritos na mensagem de Colin Price.
- (E) Alguns executivos esbanjam desinibição, mas não dispõe de consciência.

10. Assinale a alternativa que completa, correta e respectivamente, as lacunas, seguindo as normas de uso do acento indicativo de crase.

Price defende _____ ideia de que a forma racional para chegar _____ melhores resultados nas organizações pode não equivaler _____ maneira mais eficaz.

- (A) a ... a ... à
- (B) a ... à ... à
- (C) à ... à ... à
- (D) à ... à ... a
- (E) a ... à ... a

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

11. Assinale a alternativa correta a respeito dos princípios da Administração Pública.
- (A) Em relação ao princípio da legalidade, aplicável igualmente ao particular, pode-se afirmar que a Administração Pública pode fazer tudo o que a lei não proíbe.
 - (B) Tendo em vista o princípio da impessoalidade, a lei veda à Administração Pública, em qualquer hipótese, contratar obras e serviços diretamente, sem o procedimento licitatório.
 - (C) A violação do princípio da moralidade pelo administrador público enseja a propositura da ação popular, que pode ser proposta pelo cidadão ou pelo Ministério Público.
 - (D) Atos de improbidade administrativa que atentem contra os princípios da Administração Pública podem acarretar a cassação dos direitos políticos do infrator.
 - (E) O princípio da eficiência autoriza que a Administração Pública possa exonerar o servidor público estável em razão de insuficiência de desempenho.
12. Na hipótese de a Administração Pública constatar que editou um ato administrativo com vício que o torna ilegal, ela deverá
- (A) anular o ato, com base no princípio da autotutela.
 - (B) revogar o ato, com base no princípio da moralidade.
 - (C) postular a anulação do ato perante o Judiciário, uma vez que somente este pode anular um ato administrativo.
 - (D) aguardar o prejudicado requerer a revogação do ato.
 - (E) revogar o ato, com base no princípio da indisponibilidade, na hipótese de ter prejudicado terceiros.
13. Assinale a alternativa que contempla apenas órgãos da Administração Indireta.
- (A) Secretaria da Fazenda e Gabinete do Governador.
 - (B) Ministério Público e autarquia.
 - (C) Empresa pública e sociedade de economia mista.
 - (D) Secretaria da Educação e Fundação ITESP.
 - (E) Delegacia de Polícia e agências reguladoras.
14. Considerando o regime jurídico das fundações, é correto afirmar que
- (A) possuem personalidade jurídica atribuída a um patrimônio preordenado, afeto a um fim social, visando à percepção de lucro, submetidas a um regime de direito privado.
 - (B) podem ser instituídas pela iniciativa privada ou podem ter o poder público como seu instituidor, sempre dotadas de autonomia administrativa.
 - (C) podem ser instituídas pelo poder público quando este pretender intervir no domínio econômico e atuar na mesma área de mercado em competição com o particular, mas sempre na defesa do interesse público.
 - (D) o seu nascimento se dá com o registro do decreto que criou a fundação no Registro Civil de Pessoas Jurídicas.
 - (E) as fundações governamentais sujeitam-se à responsabilidade civil na modalidade subjetiva, em obediência aos princípios constitucionais da Administração Pública.
15. No que tange aos privilégios tributários que a Constituição Federal prevê em favor das fundações públicas, é correto afirmar que estas possuem imunidade tributária quanto
- (A) às taxas, em razão do exercício do poder de polícia ou pela utilização, efetiva ou potencial, de serviços públicos específicos e divisíveis, prestados ao contribuinte ou postos à sua disposição.
 - (B) às contribuições de melhoria, decorrentes de obras públicas.
 - (C) a qualquer tipo de imposto, desde que sejam reconhecidas como entidades de utilidade pública pelo Governo Federal.
 - (D) aos impostos sobre a sua renda, o seu patrimônio e os seus serviços, vinculados a suas finalidades essenciais ou às delas decorrentes.
 - (E) a todos os tributos relacionados a suas atividades previstos na Constituição Federal.
16. Tendo em vista o regime jurídico dos atos administrativos, assinale a alternativa correta.
- (A) A Administração Pública tem a prerrogativa de executar seus atos e decisões diretamente sobre o particular, sem a intervenção do Poder Judiciário.
 - (B) O ato discricionário é de competência da Administração Pública, mas pode ser submetido ao crivo do Poder Judiciário, que tem poderes para examinar o seu mérito.
 - (C) O ato administrativo vinculado é aquele que permite à Administração Pública examinar a conveniência e oportunidade do serviço público quando da sua edição.
 - (D) O direito brasileiro não admite a convalidação de atos administrativos.
 - (E) Os atos administrativos são irrevogáveis.

17. É um exemplo de ato administrativo discricionário:
- (A) concessão de uma licença em favor do administrado para desenvolver uma atividade lícita.
 - (B) admissão do particular em escolas ou universidades públicas.
 - (C) deferimento de licença para dirigir veículos automotores.
 - (D) concessão de gozo de licença-prêmio requerida pelo servidor público.
 - (E) concessão de aposentadoria ao servidor quando este completa 70 anos.
18. São ambos princípios aplicáveis aos processos administrativos:
- (A) verdade sabida e formalismo processual.
 - (B) publicidade e pessoalidade.
 - (C) verdade material e garantismo.
 - (D) disciplina e tipicidade.
 - (E) contraditório e informalismo procedimental.
19. Considerando a doutrina prevalente acerca da classificação dos direitos humanos fundamentais, é correto afirmar que é exemplo de liberdade positiva o direito
- (A) de ir e vir.
 - (B) à vida.
 - (C) à saúde.
 - (D) à propriedade.
 - (E) à segurança pessoal.
20. Conforme dispõe a Lei n.º 12.527/2011, o pedido de acesso à informação
- (A) deve ser feito, exclusivamente, por meio de acesso a sítio na internet criado especialmente para essa finalidade.
 - (B) relativo à informação disponível, deve ser atendido de imediato pelo respectivo órgão ou entidade pública.
 - (C) pode ser feito por qualquer interessado, sem que seja necessário identificar-se.
 - (D) de interesse público, pode ser condicionado ao atendimento de exigências relativas aos motivos determinantes da solicitação.
 - (E) ficará condicionado ao recolhimento da taxa devida pela prestação do serviço público.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

21. A Constituição Estadual de São Paulo, ao tratar da Política Agrícola, Agrária e Fundiária, estabelece que
- (A) o Estado compatibilizará a sua ação na área agrícola e agrária para garantir as diretrizes e metas do Programa Nacional de Reforma Agrária.
 - (B) a ação de órgãos oficiais atenderá aos imóveis que cumprem a função social da propriedade e aos médios produtores rurais, preferencialmente.
 - (C) a concessão real de uso de terras públicas far-se-á por meio de escritura pública, na qual constarão, além de outras, cláusulas definidoras da obrigatoriedade da exploração das terras, de modo pessoal, pelo beneficiário, para cultivo que atenda ao plano nacional de ação fundiária.
 - (D) o Estado, mediante decreto estadual, criará um Conselho de Desenvolvimento Rural.
 - (E) caberá ao Poder Público organizar o abastecimento alimentar, assegurando, preferencialmente, as condições para a produção de alimentos da fruticultura tropical.
22. Aos imóveis rurais desapropriados para fins de reforma agrária, a Constituição Federal de 1988 prevê que
- (A) são isentas de impostos federais e municipais as operações de transferência que os envolvam.
 - (B) cabe à lei ordinária estabelecer procedimento contraditório especial, de rito sumaríssimo, para o procedimento judicial de desapropriação.
 - (C) as benfeitorias úteis e voluptuárias serão indenizadas em dinheiro.
 - (D) o orçamento fixará anualmente o volume total de títulos da dívida agrária, assim como o montante de recursos para atender ao programa de reforma agrária no exercício financeiro.
 - (E) o decreto que declarar o imóvel como de interesse social, para fins de reforma agrária, autoriza a União, mediante prévia aprovação do Congresso Nacional, a propor a ação de desapropriação.
23. O cumprimento da função social da propriedade rural ocorre quando ela atende, simultaneamente, segundo critérios e graus de exigência estabelecidos em lei, dentre outros, o seguinte requisito:
- (A) cooperativismo.
 - (B) aproveitamento racional e adequado.
 - (C) habitação para o trabalhador rural.
 - (D) exploração que favoreça o incentivo à pesquisa e à tecnologia.
 - (E) observância das disposições que regulam os instrumentos creditícios e fiscais.

24. A Lei n.º 10.207/99, que cria a Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo “José Gomes da Silva”, ITESP, dispõe que a Fundação
- (A) terá por objetivo planejar e executar as políticas agrária e fundiária no âmbito do Estado.
 - (B) gozará de autonomia jurídica.
 - (C) ficará isenta de tributos federais e municipais.
 - (D) é constituída pelos órgãos denominados Conselho da Agricultura Familiar e Diretoria Administrativa.
 - (E) fornecerá, à Secretaria da Fazenda e à Secretaria do Meio Ambiente, os documentos necessários ao controle de resultados e de legitimidade.
25. A sustentabilidade passa pela construção de um novo paradigma de desenvolvimento agrícola. Este novo paradigma deve ter como base social a agricultura familiar, para tanto, os sistemas de produção devem
- (A) reduzir o uso de energia e maximizar o uso de recursos naturais.
 - (B) reduzir as perdas de nutrientes, não detendo a lixiviação, o escoamento e a erosão.
 - (C) reduzir o uso de insumos comerciais, externos e não renováveis.
 - (D) sustentar um excedente líquido desejável, preservando os recursos naturais, isto é, maximizando a degradação do solo.
 - (E) incentivar a produção local de cultivos não adaptados ao meio natural e socioeconômico.
26. As transformações recentes nas cadeias produtivas têm levado a uma tendência de especialização nas atividades, colocando em risco a manutenção dos produtores familiares. Contudo, diversas experiências têm demonstrado que é possível a viabilidade e a competitividade da agricultura familiar, mesmo em mercados nos quais o acirramento da concorrência tem aumentado a cada dia. Podemos citar o seguinte fator como forma de estagnação da agricultura familiar:
- (A) organização de produtores familiares em cooperativas.
 - (B) aumento do valor agregado da produção.
 - (C) utilização de ferramentas estratégicas, como o diagnóstico estratégico.
 - (D) baixo grau de dependência em relação aos programas do Governo Federal.
 - (E) não diversificar seus canais de comercialização, mantendo-se no atendimento do mercado local.
27. Considerando a relação entre extensão rural e agroecologia, pode-se afirmar que:
- (A) a participação dos agricultores deve ser efetiva, de forma que os atores envolvidos possam expressar suas opiniões, não devendo, entretanto, planejar ações.
 - (B) a extensão rural deve tentar desenvolver ações para apoiar a prática da agroecologia, priorizando tecnologias mais adequadas aos sistemas de produção familiar.
 - (C) o extensionista deve priorizar o saber técnico-científico dos pesquisadores e não valorizar a sabedoria acumulada pelos agricultores.
 - (D) o enfoque agroecológico não requer uma imersão na realidade e na vida das famílias rurais envolvidas no processo de desenvolvimento.
 - (E) o conhecimento local é baseado na experiência diária, por isso não pode ser considerado pelos extensionistas.
28. A importância do empreendedor e seu papel no atual cenário econômico e social é inquestionável. São características de um empreendedor:
- (A) ter autoconfiança e envolver-se apenas com o processo de criação de novos produtos para a empresa.
 - (B) ter autoconfiança, automotivação e não correr riscos.
 - (C) ter senso de organização, automotivação e não correr riscos.
 - (D) ter autoconfiança, automotivação e tomar decisões.
 - (E) saber definir objetivos, ter senso de organização e não correr riscos.
29. São etapas de um processo empreendedor:
- (A) determinar e captar os recursos necessários e socializar com os vizinhos.
 - (B) identificar e avaliar a oportunidade e identificar as possibilidades de maximizar os riscos.
 - (C) identificar e avaliar a oportunidade e desenvolver o plano de negócio.
 - (D) desenvolver o plano de negócio e identificar as possibilidades de maximizar os riscos.
 - (E) analisar o desempenho de experiências similares que obtiveram sucesso, desconsiderando as de insucesso.

30. Em relação ao regime jurídico das sociedades cooperativas, pode-se afirmar:

- (A) celebram contrato de sociedade cooperativa as pessoas que reciprocamente se obrigam a contribuir com bens ou serviços para o exercício de uma atividade econômica, de proveito comum, sem objetivo de lucro.
- (B) denominam-se atos cooperativos os praticados entre as cooperativas e seus associados. Este ato implica operação de mercado, contrato de compra e venda de produtos ou mercadoria.
- (C) não poderão ingressar nas cooperativas de pesca e nas constituídas por produtores rurais ou extrativistas, as pessoas jurídicas que pratiquem as mesmas atividades econômicas das pessoas físicas associadas.
- (D) as cooperativas são sociedades de pessoas, com forma e natureza jurídica próprias, de natureza civil, sujeitas à falência, constituídas para prestar serviços aos associados.
- (E) as cooperativas são sociedades de pessoas, com forma e natureza jurídica próprias, de natureza civil, cuja adesão é voluntária, sempre com número limitado de associados.

31. As sociedades cooperativas:

- (A) têm como característica a ilimitada responsabilidade dos sócios, que respondem somente pelo valor de suas quotas caso seja constatado prejuízo nas operações sociais, guardada a proporção de sua participação nas operações.
- (B) têm como característica a limitada responsabilidade dos sócios, que respondem solidariamente pelas obrigações sociais.
- (C) têm como característica o concurso de sócios em número mínimo de 30, sem limitação de número máximo.
- (D) têm como característica a distribuição dos resultados, proporcionalmente ao valor das operações efetuadas pelo sócio com a sociedade, podendo ser atribuído juro fixo ao capital realizado.
- (E) têm como característica a transferibilidade das quotas do capital a terceiros estranhos à sociedade, mesmo por herança.

32. Referente ao Programa Paulista da Agricultura de Interesse Social (PPAIS), pode-se afirmar que:

- (A) para obter sua Declaração de Conformidade ao Programa Paulista da Agricultura de Interesse Social (DCONP), o agricultor familiar não necessitará apresentar descrição e localização da propriedade ou do local em que exerce suas atividades.
- (B) o agricultor familiar, assim como as associações e cooperativas, deverão solicitar, a cada 2 (dois) anos, a renovação do credenciamento para obter a Declaração de Conformidade ao Programa Paulista da Agricultura de Interesse Social (DCONP).
- (C) o ITESP e a Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (CATI) emitirão somente uma Declaração de Conformidade ao Programa Paulista da Agricultura de Interesse Social (DCONP) para mais de uma unidade familiar.
- (D) para obter a Declaração de Conformidade ao Programa Paulista da Agricultura de Interesse Social (DCONP), o agricultor familiar deverá efetuar seu credenciamento junto aos escritórios do ITESP ou da CATI.
- (E) não há necessidade de o ITESP e a CATI promoverem o registro dos agricultores e empreendedores familiares no Sistema Integrado de Informações Físico-Financeiras (SIAFÍSICO) da Secretaria da Fazenda.

33. O Incra, por meio legal, concede a implantação e recuperação da infraestrutura básica em projetos de assentamento para reforma agrária, tais como:

- (A) estradas vicinais e implantação de sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário sem ônus para os assentados.
- (B) construção de redes de eletrificação rural e aquisição de insumos básicos sem ônus para os assentados.
- (C) estradas vicinais e aquisição de material para construção de moradia sem ônus para os assentados.
- (D) aquisição de insumos básicos e material para construção de moradia sem ônus para os assentados.
- (E) implantação e desenvolvimento de sistemas agroflorestais, para a recuperação de área de reserva legal e implantação de sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário sem ônus para os assentados.

34. O módulo fiscal é:
- (A) expresso em hectares e fixado para cada Estado da Federação.
 - (B) expresso em hectares e fixado para cada município da Federação.
 - (C) expresso em hectares e fixado para cada Região da Federação.
 - (D) expresso em alqueires e fixado para cada Estado da Federação.
 - (E) expresso em alqueires e fixado para cada Região da Federação.
35. Em relação à agricultura familiar, pode-se afirmar que:
- (A) a maior parte de sua produção destina-se à exportação.
 - (B) emprega a minoria da mão de obra no campo.
 - (C) responde por mais de 50% do volume de alimentos básicos colocados na mesa do brasileiro.
 - (D) um estabelecimento familiar compreende área menor que 6 módulos fiscais.
 - (E) existem cerca de 6 milhões de estabelecimentos de agricultores familiares em todo o Brasil.
36. Em relação à metodologia de pesquisa participante, pode-se afirmar que:
- (A) envolve somente aquele que pesquisa o estudo do problema a ser superado, conhecendo sua causa, construindo possíveis soluções.
 - (B) a problematização não deve advir de um processo de tematização da realidade, compreendido como o esforço de propor aos indivíduos dimensões significativas de sua realidade.
 - (C) a proposta parte de uma investigação prévia para a identificação de um problema, passa pela delimitação de uma área específica, não tendo envolvimento dos indivíduos da comunidade.
 - (D) considera que a problematização da realidade vivida não traz a percepção das razões que tornam aquela situação uma realidade.
 - (E) propicia uma reflexão daquele que pesquisa e do pesquisado, levando a uma análise crítica e gerando uma tomada de postura ativa diante da realidade.
37. O Crédito Apoio Mulher foi uma conquista das organizações e movimentos de mulheres e integra os compromissos assumidos pelo governo federal para a promoção da igualdade de gênero no Programa Nacional de Reforma Agrária.
- Referente a este crédito, pode-se afirmar que:
- (A) é destinado a grupos produtivos de mulheres que realizam atividades econômicas de produção de bens, prestação de serviços, comercialização ou consumo solidário.
 - (B) é destinado a grupos compostos por, no mínimo, duas mulheres titulares de lote, que podem dispor ou não de registro legal titular do lote.
 - (C) recursos dessa modalidade podem ser utilizados somente para custeio, não sendo destinados à aquisição de máquinas e equipamentos.
 - (D) recursos dessa modalidade podem ser utilizados somente para investimento, como por exemplo, na aquisição de máquinas e equipamentos.
 - (E) é destinado a grupos compostos por, no mínimo, duas mulheres titulares de lote, que disponham de registro legal titular do lote.
38. Nos últimos anos (2000 a 2010), no Brasil, aproximadamente 2 milhões de pessoas deixaram o meio rural, sendo que 1 milhão da população que emigra está situada em outros grupos etários (crianças, adultos e idosos) e que 1 milhão da população que emigra são pessoas em idade considerada jovem.
- Dentre as políticas e programas que têm como um dos objetivos evitar a diminuição das perspectivas dos jovens em permanecerem no meio rural, pode-se citar:
- (A) Comitê Permanente de Juventude Rural (CPJR) do Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (Condraf) e Programa Nacional de Desenvolvimento da Juventude (Pronaj).
 - (B) Pronaf-Jovem e Conselhos Municipais do Desenvolvimento Juvenil (Cmdj).
 - (C) Pronatec e Programa Nacional de Desenvolvimento da Juventude (Pronaj).
 - (D) Grupo de Trabalho em Juventude Rural (GTJR) da Secretaria Nacional da Juventude e Conselhos Municipais do Desenvolvimento Juvenil (CMDJ).
 - (E) Pronaf-Jovem e selo Nossa Primeira Terra do Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF).

39. Maiores níveis de escolaridade garantem melhores oportunidades de inserção qualificada no mercado de trabalho. Apesar da existência do Programa Brasil Alfabetizado (PBA) ainda existe analfabetismo no Brasil. Segundo o Censo Demográfico do IBGE (2010), a taxa de analfabetismo no Brasil é maior para pessoas com 15 anos ou mais, nos seguintes casos:
- (A) têm entre 60 a 64 anos, cor parda, e residem em área rural.
 - (B) têm entre 40 a 59 anos, cor preta, e residem em área rural.
 - (C) têm entre 60 a 64 anos, cor parda, e residem em área urbana.
 - (D) têm entre 60 a 64 anos, cor preta, e residem em área rural.
 - (E) têm entre 40 a 59 anos, cor parda, e residem em área rural.
40. Considerando dados da décima edição do censo agropecuário no Brasil, realizado pelo IBGE (2006), pode-se afirmar que a maioria das pessoas que dirigem estabelecimentos rurais no Brasil é composta por:
- (A) homens não associados a cooperativa e/ou entidade de classe e que possuem ensino fundamental incompleto.
 - (B) homens não associados a cooperativa e/ou entidade de classe e que não sabem ler nem escrever.
 - (C) homens associados a entidade de classe e que não possuem ensino fundamental incompleto.
 - (D) homens associados a entidade de classe e que não sabem ler nem escrever.
 - (E) homens associados a cooperativa e que não sabem ler nem escrever.
41. A Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional tem como base as seguintes diretrizes, que orientarão a elaboração do Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional:
- (A) promoção do acesso universal à água de qualidade e em quantidade suficiente, com prioridade para as famílias em situação de insegurança hídrica e para a produção de alimentos da agricultura familiar e da pesca e aquicultura.
 - (B) fortalecimento das ações de alimentação e nutrição em todos os níveis da atenção à saúde, não estando articulado às demais ações de segurança alimentar e nutricional.
 - (C) promoção, universalização e coordenação das ações de segurança alimentar e nutricional voltadas apenas aos povos indígenas, não estando incluídos assentados de reforma agrária.
 - (D) promoção do abastecimento e estruturação de sistemas sustentáveis e descentralizados, de base agroecológica e de produção e processamento de alimentos, não estando incluída a sua distribuição.
 - (E) apoio a iniciativas de promoção da soberania alimentar, segurança alimentar e nutricional e do direito humano à alimentação adequada em âmbito internacional, não estando incluídas as negociações internacionais.
42. Assinale a alternativa correta com relação a alguns requisitos para participação no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf):
- (A) sejam proprietários, posseiros, arrendatários, parceiros, concessionários do Programa Nacional de Reforma Agrária ou permissionários de áreas públicas que utilizem mão de obra familiar e tenham até três empregados permanentes.
 - (B) no mínimo 90% da renda bruta familiar anual deve ser proveniente da atividade agropecuária e não agropecuária exercida no estabelecimento.
 - (C) sejam proprietários, posseiros, arrendatários, parceiros, concessionários do Programa Nacional de Reforma Agrária ou permissionários de áreas públicas que utilizem mão de obra familiar e tenham até dois empregados permanentes.
 - (D) o total da renda bruta familiar anual deve ser proveniente da atividade agropecuária e não agropecuária exercida no estabelecimento.
 - (E) no mínimo 90% da renda bruta familiar anual deve ser proveniente somente da atividade agropecuária exercida no estabelecimento.

43. Quanto ao Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), pode-se afirmar que a modalidade:

- (A) “Compra com Doação Simultânea” permite a aquisição de alimentos in natura, processados e industrializados, que são doados às entidades da rede socioassistencial, aos equipamentos públicos de segurança alimentar e nutricional.
- (B) “Compra Direta da Agricultura Familiar” permite a compra de produtos específicos definidos pelo Grupo Gestor do PAA, que são doados às entidades da rede socioassistencial, aos equipamentos públicos de segurança alimentar e nutricional.
- (C) “Compra com Doação Simultânea” permite a aquisição de alimentos in natura, processados e industrializados que formarão os estoques públicos, destinados a ações de abastecimento social ou venda.
- (D) “Apoio à Formação de Estoques” refere-se ao apoio financeiro para a constituição de estoques de alimentos por organizações da agricultura familiar, sendo que não há necessidade de devolução de recursos ao Poder Público.
- (E) “Compra Direta da Agricultura Familiar” permite a aquisição de alimentos in natura, processados e industrializados que formarão os estoques públicos, destinados a exportação para países que compõem o Mercosul.

44. Do total dos recursos financeiros repassados pelo FNDE, no âmbito do PNAE, deverão ser utilizados _____ na aquisição de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural ou de suas organizações, priorizando-se os assentamentos da reforma agrária, as comunidades tradicionais indígenas e comunidades quilombolas.

Assinale a alternativa que preenche corretamente a lacuna do texto.

- (A) 10%
- (B) 20%
- (C) 30%
- (D) 40%
- (E) 50%

45. Para o Pronaf Mais Alimentos:

- (A) o limite do financiamento é de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais) para atividades de suinocultura, avicultura e fruticultura.
- (B) no caso de operações que atinjam até o limite de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), a taxa de juros será de 1% ao ano.
- (C) o prazo total de pagamento é de até 15 anos, incluídos até 2 anos de carência, para financiamento de estrutura de armazenagem.
- (D) o prazo total de pagamento é de até 10 anos, incluídos até 2 anos de carência, para financiamento de estrutura de armazenagem.
- (E) O limite será de R\$ 900.000,00 (novecentos mil reais) exclusivamente para operações coletivas para o financiamento de construção ou ampliação de benfeitorias.

46. Quanto à legitimização de posse de terras públicas estaduais aos Remanescentes das Comunidades de Quilombos, tendo como referência o Decreto n.º 42.839/98 e a Lei n.º 9.757/97, pode-se afirmar que:

- (A) o título de legitimização de posse será expedido, com ônus, a cada associação legalmente constituída, que represente a coletividade dos Remanescentes das Comunidades de Quilombos.
- (B) nos Relatórios Técnico-Científicos elaborados por técnicos do ITESP, deverão constar os limites totais das áreas ocupadas, conforme territorialidade indicada por técnicos da CATI.
- (C) o procedimento para identificação e demarcação das áreas ocupadas pelos Remanescentes de Comunidades de Quilombos deverá ser iniciado de ofício emitido pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) ou mediante requerimento dos técnicos da CATI.
- (D) as associações dos Remanescentes de Comunidades de Quilombos terão, em todas as fases, participação nos processos de identificação e demarcação de suas respectivas áreas.
- (E) a caracterização dos remanescentes das comunidades dos quilombos será atestada mediante definição dos técnicos do Ministério do Desenvolvimento Social (MDS).

47. A administração do Programa Paulista da Agricultura de Interesse Social (PPAIS), segundo o que estabelece a Lei n.º 14.591/11, caberá a uma Comissão Gestora, que deverá ser integrada pelos representantes, dentre outros, da
- (A) Fundação Prefeito Vaz de Vasconcelos (CEBAN).
 - (B) Secretaria do Meio Ambiente.
 - (C) Secretaria de Minas e Energia.
 - (D) Coordenadoria de Gestão Social Integral.
 - (E) Casa Civil.
48. Constitui objetivo do PPAIS (Programa Paulista da Agricultura de Interesse Social), dentre outros:
- (A) obter a melhoria das condições sociais da agricultura familiar.
 - (B) efetivar a articulação integrada de órgãos setoriais responsáveis pela produção.
 - (C) favorecer a aquisição de produtos oriundos da agricultura familiar nas compras feitas por entidades públicas federais e municipais.
 - (D) estimular a produção da agricultura familiar, contribuindo para a prática de preços adequados e ampliação do mercado de consumo.
 - (E) fomentar o incremento de material biodegradável para a produção dos produtos da agricultura familiar.
49. A Lei n.º 14.750, de 27 de abril de 2012, que alterou a Lei n.º 11.600, de 19 de dezembro de 2003, que dispõe sobre a regularização de posse em terras devolutas da 10.ª Região Administrativa do Estado, estabelece que:
- (A) em áreas de terras devolutas estaduais não superiores a 10 módulos fiscais, vigentes na data da publicação desta Lei, situadas nos Municípios da 10.ª Região Administrativa do Estado, cujas posses não sejam passíveis de legitimação ou outorga de permissão de uso, pode-se aplicar o instituto da regularização da posse, na forma estabelecida nesta Lei.
 - (B) a Fazenda Estadual poderá renunciar da discriminação das áreas não superiores a 17 módulos fiscais, mediante arbitragem judicial homologada em autos apartados das respectivas ações discriminatórias.
 - (C) considera-se regularização de posse a alienação onerosa ao ocupante, pessoa física ou jurídica, que mantiver, sem oposição, posse efetiva por prazo mínimo e ininterrupto de cinco anos.
 - (D) para fins de regularização de posse, entende-se como posse efetiva, para a pessoa física, a morada permanente e a exploração de 50% da área correspondente a um módulo rural.
 - (E) é vedada a regularização de área cujo ocupante tenha sido beneficiado anteriormente à edição desta Lei, por regularização de outra área devoluta que, subtraída à ocupada na 10.ª Região Administrativa, exceda a vinte módulos fiscais.
50. Para os fins da Lei n.º 11.600/03, que dispõe sobre a regularização de posse em terras devolutas da 10.ª Região Administrativa do Estado e dá outras providências correlatas, são terras devolutas reservadas:
- (A) as necessárias à implantação de estabelecimento privado municipal e estadual.
 - (B) as adjacentes às quedas d'água passíveis de aproveitamento industrial em instalações hidráulicas ou na produção de energia hidroelétrica.
 - (C) as que contenham minas e fontes de águas minerais passíveis de utilização humana, excluindo os terrenos adjacentes necessários à sua exploração.
 - (D) as que constituam margens de rios não navegáveis, compreendidas em uma faixa de 10 metros, contados a partir das enchentes ordinárias.
 - (E) as necessárias à consecução de qualquer outro fim de interesse público ou privado, devidamente caracterizado em Lei.

